

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhões de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)



		3 meses findos em		9 meses findos em	
	Notas	30/set/22	30/set/21	30/set/22	30/set/21
Receita operacional, líquida	3	3.324	4.027	10.527	10.479
Custos dos serviços		(2.620)	(3.031)	(7.491)	(7.900)
Custos com energia elétrica	4	(1.486)	(2.157)	(4.366)	(5.294)
Custos de construção	5	(756)	(521)	(2.026)	(1.589)
Custos de operação	6	(378)	(353)	(1.099)	(1.017)
Lucro bruto		704	996	3.036	2.579
Perdas de créditos esperadas	10.2	(42)	(38)	(146)	(117)
Despesas com vendas	6	(22)	(22)	(68)	(74)
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	6	(144)	(121)	(437)	(368)
Lucro operacional		496	815	2.385	2.020
Resultado financeiro	7	(322)	(189)	(954)	(464)
Receitas financeiras		98	64	322	181
Despesas financeiras		(308)	(224)	(993)	(590)
Outros resultados financeiros, líquidos		(112)	(29)	(283)	(55)
Lucro antes dos tributos		174	626	1.431	1.556
Tributos sobre o lucro	8.1.1	21	(145)	(251)	(318)
Corrente		(34)	(93)	(105)	(179)
Diferido		55	(52)	(146)	(139)
Lucro líquido do período		195	481	1.180	1.238
Lucro básico e diluído por ação – R\$	19.2 (a)				
Ordinária		0,72	1,78	4,36	4,58
Preferencial A		0,72	1,78	4,36	4,58
Preferencial B		0,79	1,95	4,80	5,03

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRANGENTE
 Para os períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhões de reais)



	3 meses findos em		9 meses findos em	
	30/set/22	30/set/21	30/set/22	30/set/21
Lucro líquido do período	195	481	1.180	1.238
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados para o resultado:				
Obrigações com benefícios à empregados	(1)	7	(24)	7
Hedge de fluxo de caixa	(1)	-	(3)	-
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	-	(2)	7	(2)
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado	(2)	5	(20)	5
Itens que serão reclassificados para o resultado:				
Hedge de fluxo de caixa	(64)	(5)	(204)	(45)
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	22	2	71	14
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado	(42)	(3)	(133)	(31)
Outros resultados abrangentes do período líquido dos tributos	(44)	2	(153)	(26)
Resultado abrangente do período	151	483	1.027	1.212

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais)



	30/set/22	30/set/21
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	1.180	1.238
Ajustado por:		
Depreciação e amortização (*)	562	498
Baixa de ativos não circulantes	44	25
Tributos sobre o lucro (nota 8.1.1)	251	318
Resultado financeiro, líquido (nota 7)	954	464
Valor de reposição estimado da concessão	(434)	(523)
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	174	(278)
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	(210)	244
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(59)	(33)
Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos (Parcela A e outros)	978	(843)
Outros tributos a recolher e encargos setoriais, líquidos	(339)	(7)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(58)	(50)
Outros ativos e passivos, líquidos	(356)	8
Caixa líquido proveniente das operações	2.687	1.061
Encargos de dívidas pagos (nota 15.2 (c))	(457)	(247)
Instrumentos derivativos recebidos, líquidos	(262)	(9)
Rendimento de aplicação financeira	89	17
Juros pagos – Arrendamentos	(2)	(1)
Tributos sobre o lucro pagos	-	(150)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	2.055	671
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Concessão serviço público (Ativo contratual)	(2.165)	(1.755)
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(54)	(43)
Resgate de títulos e valores mobiliários	72	11
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(2.147)	(1.787)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos (nota 15.2 (c))	3.486	2.408
Pagamento dos custos de captação (nota 15.2 (c))	(26)	(15)
Amortização de principal dos empréstimos e financiamentos (nota 15.2 (c))	(1.260)	(530)
Depósitos em garantias	(1)	-
Obrigações especiais	154	152
Pagamento de principal - Arrendamentos	(9)	(8)
Instrumentos derivativos recebidos, líquidos	27	69
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos aos acionistas (nota 19.2 (b))	(1.587)	(1.069)
Caixa gerado nas atividades de financiamentos	784	1.007
Aumento de caixa e equivalentes de caixa no período	692	(109)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	650	474
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	1.342	365
Transações que não envolveram caixa:		
Encargos financeiros capitalizados ao imobilizado e intangível	24	19
Arrendamento capitalizados	12	10
Adições de obrigações especiais - incorporadas por meio de doações de bens	1	18

(*) Valor bruto, não deduzidos dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhões de reais)



	<u>Notas</u>	<u>30/set/22</u>	<u>31/dez/21</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	1.342	650
Contas a receber de clientes e outros	10	2.678	2.724
Títulos e valores mobiliários		31	44
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)	44	46
Tributos sobre o lucro a recuperar	8.1.3	276	263
Outros tributos a recuperar	8.2.1	1.049	1.037
Ativo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	226	626
Outros ativos circulantes		394	246
Total do circulante		6.040	5.636
Não circulante			
Contas a receber de clientes e outros	10	102	107
Títulos e valores mobiliários		58	54
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)	503	741
Outros tributos a recuperar	8.2.1	1.554	1.978
Depósitos judiciais	16.1 (c)	625	573
Ativo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	-	160
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	12.1	11.391	9.441
Concessão do serviço público (ativo contratual)	12.2	2.430	2.415
Outros ativos não circulantes		11	16
Direito de uso		37	37
Imobilizado		3	4
Intangível	13	3.261	3.235
Total do não circulante		19.975	18.761
Total do ativo		26.015	24.397

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhões de reais)



	Notas	30/set/22	31/dez/21
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	14	1.098	1.272
Empréstimos e financiamentos	15.2	1.903	1.438
Passivo de arrendamento		12	10
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)	78	60
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	18	182	241
Tributos sobre o lucro a recolher	8.1.3	22	-
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	8.2.2	298	442
Ressarcimento à consumidores - Tributos federais	8.3	778	761
Dividendos e juros sobre capital próprio	19.2 (b)	95	125
Provisões e outras obrigações	16.1 (a)	110	87
Outros passivos circulantes	17	597	567
Total do circulante		5.173	5.003
Não circulante			
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	14	62	57
Empréstimos e financiamentos	15.2	11.830	9.970
Passivo de arrendamento		27	25
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)	264	58
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	8.2.2	86	81
Tributos sobre o lucro diferidos	8.1.2	283	215
Ressarcimento à consumidores - Tributos federais	8.3	1.258	1.725
Provisões e outras obrigações	16.1 (a)	329	321
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	18	688	625
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	334	-
Outros passivos não circulantes	17	80	141
Total do não circulante		15.241	13.218
Patrimônio líquido		5.601	6.176
Total do passivo e do patrimônio líquido		26.015	24.397

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhões de reais)



	Reservas de Lucros							Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total
	Capital Social	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.988	356	(194)	326	1.401	700	-	599	6.176
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	1.180	-	1.180
Aprovação dos dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	(599)	(599)
Outros resultados abrangentes	-	-	(153)	-	-	-	-	-	(153)
Transações com acionistas									
Juros sobre capital próprio (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	-	-	(305)	-	(305)
Dividendos Intermediário (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	-	-	(698)	-	(698)
Saldos em 30 de setembro de 2022	2.988	356	(347)	326	1.401	700	177	-	5.601

	Reservas de Lucros								Total
	Capital Social	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados		
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.988	356	(216)	251	1.209	1.521	-	-	6.109
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	1.238	1.238
Outros resultados abrangentes	-	-	(26)	-	-	-	-	-	(26)
Transação com acionistas:									
Juros sobre capital próprio (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	-	-	-	(139)	(139)
Dividendos Intermediário (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	-	(821)	-	-	(821)
Saldos em 30 de setembro de 2021	2.988	356	(242)	251	1.209	700	1.099	-	6.361

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais)



	30/set/22	30/set/21
Receitas		
Vendas de energia, serviços e outros	14.388	14.079
Perdas de créditos esperadas	(146)	(117)
	14.242	13.962
Insumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica comprada para revenda (*)	(3.510)	(4.498)
Encargos de uso da rede básica de transmissão (*)	(1.320)	(1.276)
Materiais, serviços de terceiros e outros (*)	(2.585)	(2.115)
	(7.415)	(7.889)
Valor adicionado bruto	6.827	6.073
Depreciação e amortização (*)	(563)	(499)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	6.264	5.574
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras (*)	1.901	1.394
Valor adicionado total a distribuir	8.165	6.968
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remunerações e administradores (incluindo férias e 13º salário)	365	254
Encargos sociais (exceto INSS)	27	36
Benefícios	153	202
(-) Transferências para ordens	(154)	(125)
Outros	13	12
	404	379
Impostos, taxas e contribuições		
INSS (sobre folha de pagamento)	80	54
ICMS	2.165	2.127
PIS/COFINS	458	441
Tributos sobre o lucro	251	318
Obrigações intrassetoriais	769	545
Outros	17	15
	3.740	3.500
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros, variações cambiais e aluguéis (*)	2.841	1.851
	2.841	1.851
Remuneração de capitais próprios		
Remuneração aos acionistas	1.003	139
Lucros retidos	177	1.099
	1.180	1.238
Valor adicionado distribuído	8.165	6.968

(*) Valor bruto, não deduzido dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Neoenergia Coelba - “Companhia”), concessionária de serviço público de energia elétrica com sede em Salvador – Bahia – Brasil, é sociedade anônima de capital aberto, listada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e controlada pela NEOENERGIA S/A (“NEOENERGIA”). Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e compreendem projetar, construir e explorar os sistemas de sub-transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo ainda realizar operações de exportação e importação.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 415 municípios do Estado da Bahia abrangendo uma área de concessão de 563 mil km², a qual é regulada pelo Contrato de Concessão nº 10 com vencimento em 2027.

Adicionalmente a Companhia vem atendendo consumidores livres no Estado da Bahia, desde 2002.

1.1 Gestão de riscos financeiros e operacionais

As políticas de Riscos Financeiros e Operacionais do Grupo foram atualizadas em relação às políticas divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2021, conforme processo de revisão previsto.

A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o grupo Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades reguladas que geram exposição a riscos financeiros, que são reproduzidas por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de *commodities*, risco de taxas de juros e índices de preços, risco liquidez e risco solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins de proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Base de preparação

Estas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia, foram preparadas e apresentadas de acordo com a IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e o CPC 21- Demonstração Intermediária (práticas contábeis adotadas no Brasil) e devem ser lidas em conjunto com as últimas demonstrações financeiras anuais da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, previamente divulgadas. As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais.

As demonstrações financeiras intermediárias apresentam as principais variações no período, evitando a repetição de determinadas notas às demonstrações financeiras anuais previamente divulgadas, e estão sendo apresentadas na mesma base de agrupamentos e ordem de quadros e notas explicativas, se comparadas com as demonstrações financeiras anuais.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável (“*impairment*”) de ativos.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

Estas demonstrações financeiras intermediárias foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração da Companhia em 24 de outubro de 2022.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real brasileiro (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em milhões de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação, ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro.

2.3 Políticas contábeis e estimativas críticas

As normas, práticas contábeis e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras intermediárias são as mesmas aplicadas as demonstrações financeiras completas findas em 31 de dezembro de 2021, e, portanto, devem ser lidas em conjunto.

2.4 Novas normas vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ('IASB') e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022
IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado.	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2022 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	3 meses findos em		9 meses findos em	
	30/set/22	30/set/21	30/set/22	30/set/21
Fornecimento de energia (nota 3.1)	1.589	1.624	5.198	4.383
Disponibilidade da rede elétrica (nota 3.2)	2.306	2.068	6.963	6.019
Construção de infraestrutura da concessão	756	521	2.026	1.589
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	31	32	70	203
Valor de reposição estimado da concessão (1)	(151)	239	434	523
Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais (nota 3.3)	(160)	763	(409)	1.257
Outras receitas (nota 3.4)	36	49	106	105
Receita operacional bruta	4.407	5.296	14.388	14.079
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.5)	(1.083)	(1.269)	(3.861)	(3.600)
Receita operacional, líquida	3.324	4.027	10.527	10.479

(1) Atualização do ativo financeiro decorrente da parcela indenizável da concessão, pela Base de Remuneração Regulatória ("BRR").

Reajuste Tarifário Anual – IRT 2022

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) homologou em 19 de abril de 2022, o Reajuste Tarifário Anual da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – NEOENERGIA COELBA, com vigência a partir de 22 de abril de 2022, conforme a Resolução Homologatória ANEEL nº 3.024/2022. O reajuste tarifário da Companhia trouxe um efeito médio para os consumidores de 21,13%, sendo que para os consumidores da alta tensão, o reajuste vai ficar em 20,54%, enquanto para os da baixa tensão, ficará em 21,35%.

O uso dos créditos tributários referentes ao trânsito em julgado da exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS, a antecipação da reversão para modicidade tarifária das receitas de ultrapassagem de demanda e excedente reativo constituídas até março/2022, bem como o financeiro relativo à Bandeira e Conta Escassez Hídrica, contribuíram para redução do efeito médio para o consumidor, enquanto o reajuste dos itens da Parcela B será integralmente aplicado já a partir desta data.

A variação da parcela A foi de 6,72%, totalizando R\$ 6.945, impactada principalmente pelo aumento de 10,6% nos custos com compra de energia. O preço médio de repasse dos contratos de compra de energia foi definido em R\$ 224,07 MWh. Já a variação da parcela B foi de 6,01%, totalizando R\$ 5.246, reflexo da inflação acumulada (IGP-M) desde o último reajuste, de 14,77%, deduzida do fator X de 0,63%.

Revisão Tarifária Extraordinária – RTE

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), homologou em 12 de julho de 2022, a Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – Neoenergia Coelba, com vigência a partir de 13 de julho de 2022 a 21 de abril de 2023, conforme a Resolução Homologatória nº 3.056/2022. A redução média das tarifas da Companhia, a ser percebida pelos clientes, foi de -0,50%.

A Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) foi estabelecida pela Lei nº 14.385/22, de 27 de junho de 2022, que determinou novas regras para a devolução dos Créditos Tributários especialmente aqueles referentes à exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



3.1 Fornecimento de energia elétrica

	3 meses findos em			
	GWh		R\$	
	30/set/22	30/set/21	30/set/22	30/set/21
Residencial	1.762	1.741	1.481	1.593
Comercial	700	654	680	675
Industrial	217	239	217	221
Rural	650	680	300	317
Poder público	166	147	156	133
Iluminação pública	272	289	118	137
Serviços públicos	177	181	94	95
Consumo próprio	5	4	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	(40)	7
Transferência - Disponibilidade da rede elétrica	-	-	(2.069)	(1.885)
Subvenções e subsídios governamentais	-	-	652	331
Total	3.949	3.935	1.589	1.624

	9 meses findos em			
	GWh		R\$	
	30/set/22	30/set/21	30/set/22	30/set/21
Residencial	5.612	5.699	5.052	4.737
Comercial	2.236	2.129	2.314	1.949
Industrial	631	749	634	607
Rural	1.581	1.771	773	788
Poder público	542	480	490	382
Iluminação pública	819	852	376	347
Serviços públicos	526	552	291	254
Consumo próprio	17	16	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	101	(39)
Transferência - Disponibilidade da rede elétrica	-	-	(6.321)	(5.538)
Subvenções e subsídios governamentais (1)	-	-	1.488	896
Total	11.964	12.248	5.198	4.383

- (1) A Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, foi registrada receita de R\$ 1.488 (R\$ 896 em 30 de setembro de 2021), sendo: (i) R\$ 414 (R\$ 331 em 30 de setembro de 2021) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 519 (R\$ 536 em 30 de setembro de 2021) referentes à subvenção CDE, (iii) R\$ 34 (R\$ 0 em 30 de setembro de 2021) referente à subvenção bônus crise hídrica, (iv) R\$ 111 (R\$ 29 em 30 de setembro de 2021) referente à subvenção CCRBT, (v) R\$ 127 (R\$ 0 em 30 de setembro de 2021) referente à subvenção escassez hídrica e (vi) R\$ 283 (R\$ 0 em 30 de setembro de 2021) referente à subvenção modicidade Eletrobrás.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



3.2 Disponibilidade da rede elétrica

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (“TUSD”) refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres e cativos com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

	3 meses findos em		9 meses findos em	
	30/set/22	30/set/21	30/set/22	30/set/21
Consumidor livre	237	183	642	481
Consumidor cativo (1)	2.069	1.885	6.321	5.538
Total	2.306	2.068	6.963	6.019

- (1) Receitas referentes a disponibilidade de infraestrutura da rede elétrica, calculadas com base na TUSD por classe de consumo, reajustadas a partir de 22 de abril de 2022, conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 3.024/2022.

3.3 Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais

	3 meses findos em		9 meses findos em	
	30/set/22	30/set/21	30/set/22	30/set/21
CVA e neutralidade				
Energia (i)	(101)	507	(297)	691
Encargos de Serviços do Sistema - ESS (ii)	(160)	87	(932)	196
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(8)	(8)	67	27
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST (iii)	12	(29)	(48)	122
Neutralidade de encargos setoriais	9	(8)	1	(6)
PROINFA	(7)	(4)	11	4
	(255)	545	(1.198)	1.034
Componentes financeiros e subsídios				
Repasse de sobrecontratação (iv)	25	(22)	143	(17)
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo (v)	(3)	39	46	51
Passivo conta COVID	2	-	3	(134)
Crédito PIS/COFINS sobre ICMS (vi)	197	190	587	340
Crédito consumidor reversão para modicidade	-	-	6	-
Modicidade Eletrobras (vii)	(283)	-	(283)	-
Bandeira escassez hídrica (viii)	156	-	276	-
Outros	1	11	11	(17)
	95	218	789	223
Total	(160)	763	(409)	1.257

- (i) Energia: CVA passiva, decorrente das diferenças a menor entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, com destaque para redução das despesas dos contratos regulados de compra de energia por disponibilidade, e os eventos financeiros de contabilização da CCEE no curto prazo em 2022, conforme determinado pela ANEEL, resultando uma CVA mais passiva neste ano;
- (ii) Encargos do Serviço do Sistema - ESS: CVA passiva, decorrente das diferenças a menor entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, com destaque para o redutor bandeira tarifária alocado no ESS em 2022 e o próprio custo Encargo de Segurança Energética e do Encargo por Ultrapassagem da Curva de Aversão ao Risco (ESS_CAR), e constituição do passivo associado ao ingresso do empréstimo da conta escassez hídrica no montante de R\$ 127, conforme determinado pela ANEEL, resultando uma CVA mais passiva neste ano;

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



- (iii) Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão TUST - Rede Básica: CVA ativa, reduzida pela REH nº 3.066/2022, com vigência a partir de 1º de julho de 2022 até 30 de junho de 2023, que estabeleceram os reajustes das tarifas de uso do sistema de transmissão, realizando-as acima da cobertura tarifária da ANEEL;
- (iv) Repasse de sobrecontratação: A Companhia apurou o ajuste financeiro de sobrecontratação, sendo reconhecido o valor a maior entre os períodos, decorrente do aumento da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo e da amortização dos saldos homologados entre os processos de reajuste tarifário;
- (v) Ultrapassagem de demanda/excedente reativo: Componente Financeiro referente a antecipação da reversão de créditos da UDER, conforme Despacho ANEEL nº 245/2016, e homologados pela ANEEL a partir do processo tarifário de 2021. Sendo no IRT 2021 homologado a antecipação das competências de nov/17 a mar/21, e no IRT 2022 as competências de abril de 2021 a fevereiro de 2022;
- (vi) Crédito PIS/COFINS sobre ICMS: Reconhecimento da antecipação da reversão dos valores oriundos de créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo PIS/COFINS, como componente financeiro negativo extraordinário, a ser compensado com base no recolhimento dos tributos pelo montante total habilitado pela Receita Federal do Brasil - RFB. A ANEEL reconheceu, no reajuste tarifário de 2022 e atualizado pela Revisão Extraordinária - RTE (julho de 2022), R\$ -865 à título de antecipação de Crédito PIS/COFINS sobre ICMS, sendo constituído pela concessionária até setembro de 2022, o valor ativo de R\$ 197 em contrapartida da redução da receita;
- (vii) Modicidade Eletrobrás: Referente ao aporte à CDE realizado pela Eletrobrás com repasse às distribuidoras e destinado a modicidade tarifária, conforme a Lei nº 14.182/2021 e o Despacho ANEEL nº 1.959/2022, e
- (viii) Bandeira escassez hídrica: A ANEEL reconheceu, no reajuste tarifário de 2022, o valor de R\$ -624, conforme REH 3.024/2022, referente ao componente financeiro negativo correspondente a recuperação dos custos via tarifa da Bandeira Escassez Hídrica, além da antecipação da reversão dos custos de importação de energia e programa de redução voluntária de consumo, sendo constituído até setembro de 2022, o valor ativo de R\$ 156, em contrapartida da redução da receita.

3.4 Outras receitas

	3 meses findos em		9 meses findos em	
	30/set/22	30/set/21	30/set/22	30/set/21
Renda da prestação de serviços	4	21	11	21
Arrendamentos e aluguéis	23	22	73	61
Serviço taxado	2	2	3	5
Administração de faturas de fraudes	1	1	2	3
Comissão de serviços de terceiros	6	5	17	15
Outras receitas	-	(2)	-	-
Total	36	49	106	105

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



3.5 Deduções de receita bruta

	3 meses findos em		9 meses findos em	
	30/set/22	30/set/21	30/set/22	30/set/21
Tributos				
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (1)	(519)	(738)	(2.164)	(2.127)
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(311)	(345)	(918)	(920)
Imposto Sobre Serviços - ISS	(4)	(3)	(10)	(8)
	(834)	(1.086)	(3.092)	(3.055)
Encargos setoriais				
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(205)	(137)	(624)	(394)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(13)	(17)	(40)	(42)
Encargos do consumidor - PROINFA e CCRBT	(12)	(10)	(51)	(56)
Outros encargos (2)	(19)	(19)	(54)	(53)
	(249)	(183)	(769)	(545)
Total	(1.083)	(1.269)	(3.861)	(3.600)

- (1) Em junho de 2022, foi sancionada a Lei Complementar nº 194/22 que estabeleceu que a tributação do ICMS nas operações com energia elétrica não deve ser superior às praticadas nas operações em geral do Estado, uma vez que se trata de um bem essencial. Dessa forma, após a regulamentação da referida Lei Complementar por cada Estado, a Distribuidora limitou a alíquota do ICMS sobre as operações de energia elétrica à 18%. Essa redução não impacta o resultado da Companhia, pois a mesma é mera arrecadadora do ICMS.
- (2) Consideram os seguintes encargos: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-FNDCT, Empresa de Pesquisa Energética – EPE, Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia Elétrica – TFSEE.

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	3 meses findos em			
	GWh		R\$	
	30/set/22	30/set/21	30/set/22	30/set/21
Compra para revenda				
Energia adquirida no Ambiente de Contratação Regulado - ACR (i)	3.304	3.107	(653)	(889)
Custos variáveis do Mercado de Curto Prazo - MCP (ii)	-	-	(88)	(614)
Energia curto prazo - PLD (1) e MRE (2)	-	-	(3)	9
Contratos por cotas de garantia física (iii)	1.163	1.116	(168)	(150)
Energia adquirida contrato bilateral (iv)	548	550	(199)	(182)
Cotas das Usinas Angra I e Angra II (v)	171	164	(58)	(37)
Outros	101	106	(52)	(28)
Subtotal	5.287	5.043	(1.221)	(1.891)
Créditos de PIS e COFINS	-	-	107	151
Total	5.287	5.043	(1.114)	(1.740)
Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão				
Encargos de rede básica			(308)	(233)
Encargos de conexão			(22)	(23)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS (vi)			(15)	(271)
Encargo de Energia de Reserva - EER (vii)			(56)	86
Outros encargos			(6)	(3)
Subtotal			(407)	(444)
Créditos de PIS e COFINS			35	27
Total			(372)	(417)
Total dos custos com energia elétrica			(1.486)	(2.157)

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



	GWh		9 meses findos em	
	30/set/22	30/set/21	30/set/22	30/set/21
Compra para revenda				
Energia adquirida no Ambiente de Contratação Regulado - ACR (i)	10.217	10.048	(1.993)	(2.295)
Custos variáveis do Mercado de Curto Prazo - MCP (ii)	-	-	(197)	(1.007)
Energia curto prazo - PLD (1) e MRE (2)	-	2	(2)	(95)
Contratos por cotas de garantia física (iii)	3.691	3.628	(468)	(422)
Energia adquirida contrato bilateral (iv)	1.625	1.631	(570)	(494)
Cotas das Usinas Angra I e Angra II (v)	508	487	(174)	(112)
Outros	274	289	(106)	(73)
Subtotal	16.315	16.085	(3.510)	(4.498)
Créditos de PIS e COFINS	-	-	315	372
Total	16.315	16.085	(3.195)	(4.126)
Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão				
Encargos de rede básica			(829)	(761)
Encargos de conexão			(67)	(60)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS (vi)			(226)	(480)
Encargo de Energia de Reserva - EER (vii)			(184)	37
Outros encargos			(14)	(12)
Subtotal			(1.320)	(1.276)
Créditos de PIS e COFINS			149	108
Total			(1.171)	(1.168)
Total dos custos com energia elétrica			(4.366)	(5.294)

(1) PLD - Preço de Liquidação de Diferenças.

(2) MRE - Mecanismo de Realocação de Energia.

- (i) A redução do custo de energia adquirida no ACR é decorrente da redução da parcela variável impactada diretamente pelo PLD, em virtude da redução da geração de usinas térmicas;
- (ii) Maior disponibilidade de águas nos grandes reservatórios hidroelétricos reduziu o custo com o Risco Hidrológico e a consequente redução do despacho das térmicas reduzindo o custo com o Condomínio Virtual;
- (iii) Aumento conforme REH ANEEL 3.068/2022, de 12 de julho de 2022;
- (iv) Reajuste da tarifa R\$/MWh do gerador a partir de 22 de abril de 2022;
- (v) Reajuste da receita fixa, conforme REH ANEEL 3.002/2022, de 14.12.2021;
- (vi) Redução dos custos do ESS Brasil; e
- (vii) Aumento no pagamento de Encargo de Energia de Reserva de modo a garantir o contínuo equilíbrio financeiro da conta do CONER.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



5. CUSTO DE CONSTRUÇÃO

	3 meses findos em		9 meses findos em	
	30/set/22	30/set/21	30/set/22	30/set/21
Pessoal	(51)	(41)	(132)	(111)
Material	(308)	(239)	(957)	(789)
Serviços de terceiros	(390)	(301)	(1.017)	(814)
Juros sobre obras em andamento	(9)	(6)	(24)	(19)
Outros	(3)	(7)	(30)	(16)
Obrigações especiais	5	73	134	160
Total	(756)	(521)	(2.026)	(1.589)

6. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

	3 meses findos em			
	30/set/22			
Custos/Despesas	Custos de operação	Despesas com vendas	Outras Receitas/ Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal (1)	(91)	(7)	(61)	(159)
Administradores	-	-	(1)	(1)
Serviços de terceiros	(99)	(14)	(32)	(145)
Depreciação e amortização	(173)	-	(20)	(193)
Provisão para processos judiciais	-	-	(18)	(18)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(1)	(1)
Outras receitas e despesas, líquidas	(15)	(1)	(11)	(27)
Total	(378)	(22)	(144)	(544)

	3 meses findos em			
	30/set/21			
Custos/Despesas	Custos de operação	Despesas com vendas	Outras Receitas/ Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal (1)	(78)	(8)	(54)	(140)
Administradores	-	-	(1)	(1)
Serviços de terceiros	(97)	(13)	(35)	(145)
Depreciação e amortização	(152)	-	(17)	(169)
Provisão para processos judiciais	-	-	(17)	(17)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(1)	(1)
Outras receitas e despesas, líquidas	(26)	(1)	4	(23)
Total	(353)	(22)	(121)	(496)

	9 meses findos em			
	30/set/22			
Custos/Despesas	Custos de operação	Despesas com vendas	Outras Receitas/ Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal (1)	(279)	(22)	(180)	(481)
Administradores	-	-	(3)	(3)
Serviços de terceiros	(278)	(44)	(107)	(429)
Depreciação e amortização (2)	(493)	-	(56)	(549)
Provisão para processos judiciais	-	-	(55)	(55)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(7)	(7)
Outras receitas e despesas, líquidas	(49)	(2)	(29)	(80)
Total	(1.099)	(68)	(437)	(1.604)

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



Custos/Despesas	9 meses findos em			
	30/set/21			
	Custos de operação	Despesas com vendas	Outras Receitas/ Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal (1)	(238)	(28)	(163)	(429)
Administradores	-	-	(4)	(4)
Serviços de terceiros	(277)	(44)	(99)	(420)
Depreciação e amortização (2)	(443)	-	(44)	(487)
Provisão para processos judiciais	-	-	(50)	(50)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(7)	(7)
Outras receitas e despesas, líquidas	(59)	(2)	(1)	(62)
Total	(1.017)	(74)	(368)	(1.459)

(1) Inclui benefícios pós-emprego e outros benefícios.

(2) Crédito PIS/COFINS, em 30 de setembro de 2022, no montante de R\$ 14 (R\$ 12 em 30 de setembro de 2021).

7. RESULTADO FINANCEIRO

	3 meses findos em		9 meses findos em	
	30/set/22	30/set/21	30/set/22	30/set/21
Receitas Financeiras				
Renda de aplicações financeiras	43	6	89	17
(-) Tributos sobre receita financeira	(4)	(3)	(14)	(9)
Juros e encargos contas a receber de clientes e outros títulos	35	44	124	144
Atualização de depósitos judiciais	10	2	28	2
Atualização do ativo financeiro setorial	11	7	84	7
Outras receitas financeiras	3	8	11	20
	98	64	322	181
Despesas Financeiras				
Encargos sobre instrumentos de dívida (i)	(236)	(155)	(807)	(395)
Benefícios pós emprego e outros benefícios	(13)	(14)	(41)	(43)
Atualização do passivo financeiro setorial	-	1	-	-
Atualização de provisões para processos judiciais	(15)	(24)	(65)	(70)
Outras despesas financeiras	(44)	(32)	(80)	(82)
	(308)	(224)	(993)	(590)
Outros resultados financeiros, líquidos				
Perdas com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida (nota 15.2 (c)) (ii)	(169)	(323)	(643)	(602)
Ganhos com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida (nota 15.2 (c))	94	47	883	576
Perdas com instrumentos financeiros derivativos (nota 15.3(b))	(221)	(80)	(1.164)	(629)
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos (nota 15.3(b)) (ii)	193	332	673	623
Perdas com variações cambiais e monetárias	(14)	(6)	(41)	(28)
Ganhos com variações cambiais e monetárias	5	1	9	5
	(112)	(29)	(283)	(55)
Resultado financeiro líquido	(322)	(189)	(954)	(464)

(i) Inclui a parcela variável dos juros relacionada à indexadores de preço sobre dívida (CDI, IPCA e outros) e aumento no volume da dívida; e

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



- (ii) Redução do euro e do dólar em comparação ao aumento verificado nos nove meses do ano passado, gerando maiores ganhos nas variações cambiais dos empréstimos e financiamentos e, consequentemente perdas nos derivativos.

8. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS, ENCARGOS SETORIAIS E RESSARCIMENTO A CONSUMIDORES

8.1 Tributos sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ - 25% e CSLL - 9%).

8.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	3 meses findos em		9 meses findos em	
	30/set/22	30/set/21	30/set/22	30/set/21
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	174	626	1.431	1.556
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(59)	(213)	(487)	(529)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:				
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	35	-	104	47
Incentivos fiscais	47	68	134	165
Outras adições (reversões) permanentes	(2)	-	(2)	(1)
Tributos sobre o lucro	21	(145)	(251)	(318)
Alíquota efetiva	(12)%	23%	18%	20%
Corrente	(34)	(93)	(105)	(179)
Diferido	55	(52)	(146)	(139)

8.1.2 Tributos diferidos ativos e passivos

Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras intermediárias e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	30/set/22	31/dez/21
Mais-valia e Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (PMIPL)	45	54
Diferenças temporárias:		
Obrigações com benefícios correntes e pós-emprego	235	228
Provisão para processos judiciais	145	135
Perdas estimadas de créditos - contas a receber	77	68
Direito de uso da concessão receita de ultrapassagem	53	55
Arrendamentos capitalizados	1	-
Mais-valia vinculada ao imobilizado e intangível	49	45
PLR	22	31
Valor justo de ativos financeiros indenizáveis	(910)	(763)
Capitalização de juros de dívida	(86)	(83)
Valor justo de instrumentos financeiros	72	7
Outros	14	8
Total passivo não circulante	(283)	(215)

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	(215)
Efeitos reconhecidos no resultado	-	(146)
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	-	78
Saldo em 30 de setembro de 2022	-	(283)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	9	-
Efeitos reconhecidos no resultado	(139)	-
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	12	-
Transferências entre ativos e passivos	118	(118)
Saldo em 30 de setembro de 2021	-	(118)

8.1.3 Tributos sobre o lucro a recuperar/recolher

	30/set/22	31/dez/21
IRPJ	230	218
CSLL	46	45
Total ativo circulante	276	263

	30/set/22	31/dez/21
IRPJ	1	-
CSLL	21	-
Total passivo circulante	22	-

8.1.4 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui montante reconhecido na linha de tributos sobre o lucro a recolher, referente ao impacto das posições tributárias incertas.

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro 2021, a Companhia possuía tratamentos fiscais adotados e que estão suscetíveis aos questionamentos das autoridades tributárias, cujo prognóstico da Companhia, suportada pelos assessores jurídicos, é que tais tratamentos fiscais adotados sejam acolhidos pelas autoridades nas esferas administrativas e/ou judiciais, quando necessário.

8.2 Outros Tributos

8.2.1 Outros tributos a recuperar

	30/set/22	31/dez/21
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	470	419
Programa de Integração Social - PIS (i)	377	464
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (i)	1.752	2.127
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	2	2
Outros	2	3
Total	2.603	3.015
Circulante	1.049	1.037
Não circulante	1.554	1.978

- (i) Impacto do Ressarcimento a consumidores no valor de R\$ 361 e R\$ 1.676 para PIS e COFINS, respectivamente (nota 8.3).

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



8.2.2 Outros tributos e encargos setoriais a recolher

	30/set/22	31/dez/21
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	115	149
Programa de Integração Social - PIS	17	12
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	77	54
Impostos e contribuições retidos na fonte	34	39
Outros	12	15
Outros tributos a recolher	255	269
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	29	32
Programa de Eficiência Energética - PEE	78	93
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	17	18
Bandeira Tarifária	-	107
Outros	5	4
Encargos setoriais	129	254
Total	384	523
Circulante	298	442
Não circulante	86	81

8.3 Ressarcimento a consumidores – Tributos federais

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706-PR, em sede de repercussão geral, confirmando que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que será excluído da base de cálculos dessas contribuições. Em maio de 2021, o STF julgou os Embargos, acolhendo-os em parte para (i) modular no tempo a decisão de inconstitucionalidade, cujos efeitos se darão após 15.03.2017 (data do julgamento do mérito do *leading case*), exceto para ações judiciais ou administrativas protocoladas até a referida data; e (ii) fixar que a parcela do ICMS a ser expurgada da base de cálculo das contribuições é aquela destacada no faturamento, e não a efetivamente paga.

Considerando as ações ajuizadas e a modulação dos efeitos da decisão do STF, a Companhia constituiu um ativo de PIS e de COFINS a recuperar. Os créditos objeto do referido ativo vêm sendo compensados de acordo com a regulamentação expedida pela RFB frente às obrigações vincendas. Em contrapartida, foi constituído um passivo correspondente, que está sendo repassado aos consumidores através dos eventos tarifários anuais, à medida que as compensações vão sendo realizadas.

O saldo dos valores passivos constituídos na Companhia, são atualizados pela taxa SELIC e descontados das compensações já realizadas, representando o montante de R\$ 2.036 em 30 de setembro de 2022.

Com o advento da Lei nº 14.385/22, de 27 de junho de 2022, ficou definido que os valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras de energia elétrica relacionados às ações judiciais transitadas em julgado ou em razão de recolhimento a maior que versam sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS deverão ser destinados aos consumidores através dos processos tarifários.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



Apresentamos a seguir a movimentação do Ressarcimento a consumidores:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.873
Constituição	97
Atualização monetária	106
Compensação	(414)
Saldo em 30 de setembro de 2021	2.662
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.486
Atualização monetária	118
Compensação	(568)
Saldo em 30 de setembro de 2022	2.036
Circulante	778
Não circulante	1.258

9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	30/set/22	31/dez/21
Caixa e depósitos bancários à vista	41	90
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	913	129
Fundos de Investimentos	388	431
Total	1.342	650

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 30 de setembro de 2022 é de 100,51% do CDI (99,31% em 31 de dezembro de 2021).

10. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	30/set/22			31/dez/21		
	Recebível	Perda de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos	Recebível	Perda de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos
Fornecimento de energia (nota 10.1)	2.858	(647)	2.211	2.849	(554)	2.295
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	13	-	13	17	-	17
Disponibilidade da rede elétrica	85	-	85	66	(1)	65
Subvenções e subsídios governamentais	312	-	312	350	-	350
Outros recebíveis	213	(54)	159	150	(46)	104
Total	3.481	(701)	2.780	3.432	(601)	2.831
Ativo circulante			2.678			2.724
Ativo não circulante			102			107

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



10.1 Fornecimento de energia

A composição do contas a receber de fornecimento de energia, por classe de consumidor, está demonstrada como segue:

	30/set/22		31/dez/21	
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Recebível	Perdas de créditos esperadas
Residencial	1.088	(376)	1.153	(321)
Comercial	476	(130)	495	(111)
Industrial	200	(41)	172	(36)
Rural	241	(81)	216	(73)
Poder público	120	(5)	100	(5)
Iluminação pública	125	(3)	109	(4)
Serviço público	114	(1)	103	(1)
Não faturado	494	(10)	501	(3)
Total	2.858	(647)	2.849	(554)

O *aging* do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentado como segue:

	30/set/22		31/dez/21	
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Recebível	Perdas de créditos esperadas
A vencer	1.242	(23)	1.310	(15)
Saldos vencidos:	1.616	(624)	1.539	(539)
90 dias	549	(27)	649	(29)
Entre 91 e 180 dias	152	(35)	129	(31)
Entre 181 e 360 dias	227	(76)	170	(59)
Acima de 361 dias	688	(486)	591	(420)
	2.858	(647)	2.849	(554)

10.2 Variação das Perdas de Créditos Esperadas - PCE

	9 meses findos em	
	30/set/22	30/set/21
Saldo inicial do período	(601)	(493)
Efeito reconhecido no resultado do período	(147)	(118)
Baixa efetiva dos recebíveis incobráveis	47	36
Saldo final do período	(701)	(575)

Em 30 de setembro de 2022, as Perdas de Crédito Esperada (PCE) totalizaram R\$ 147 (R\$ 118 em 30 de setembro de 2021), sendo R\$ 1 (R\$ 1 em 30 de setembro de 2021) de resultado financeiro.

11. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS (PARCELA A E OUTROS)

As tarifas que as concessionárias e permissionárias são autorizadas a cobrar de seus consumidores são revistas pela ANEEL: (i) anualmente na data de aniversário do contrato de concessão, para efeito de reajuste tarifário; e (ii) a cada cinco anos, em média, para efeito de recomposição da Parcela B (custos gerenciáveis) e ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis) de determinados componentes tarifários. Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos orçados e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



Essas diferenças constituem direitos ou obrigações, em observância ao princípio do equilíbrio econômico e financeiro estabelecido pelo contrato de concessão e permissão. A composição dos ativos e passivos setoriais, que nas demonstrações financeiras intermediárias estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados encontra-se demonstrada a seguir:

	30/set/22			31/dez/21		
	Direito	Obrigações	Efeito líquido	Direito	Obrigações	Efeito líquido
CVA e neutralidade						
Energia	190	(131)	59	333	-	333
Encargo de Serviço do Sistema - ESS	360	(631)	(271)	645	-	645
Tarifa de Uso dos Sistemas de Transmissão - TUST (nota 3.3)	200	-	200	232	-	232
Outros	77	(24)	53	10	(42)	(32)
Componentes financeiros e subsídios						
Repasse de sobrecontratação (1)	246	-	246	97	(4)	93
Risco hidrológico	-	(235)	(235)	-	(237)	(237)
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo	-	(99)	(99)	-	(141)	(141)
Passivo conta COVID	-	(3)	(3)	-	(16)	(16)
CDE Modicidade Eletrobrás	-	(290)	(290)	-	-	-
Crédito PIS/COFINS sobre ICMS (2)	362	(425)	(63)	549	(634)	(85)
Bandeira escassez hídrica (3)	293	-	293	-	-	-
Outros	4	(2)	2	3	(9)	(6)
Total	1.732	(1.840)	(108)	1.869	(1.083)	786
Valores homologados pela ANEEL (em reversão)	766	(629)	137	667	(165)	502
Valores a serem homologados pela ANEEL (em constituição)	966	(1.211)	(245)	1.202	(918)	284
Total	1.732	(1.840)	(108)	1.869	(1.083)	786
Ativo circulante			226			626
Ativo não circulante			-			160
Passivo não circulante			(334)			-

- (1) Em agosto de 2020, a ANEEL publicou o Despacho nº 2.508, que estabeleceu os valores de exposições a serem tratadas como involuntárias, no âmbito da compra de energia das distribuidoras, relativas ao biênio 2016/2017. Tempestivamente, a Companhia interpôs recurso administrativo quanto a esses valores, sendo a decisão final da ANEEL consubstanciada pelo Despacho 2.168, de agosto de 2022. Houve evolução da discussão acerca da sobrecontratação involuntária devido à Covid (CP 35/2020), que impactou nas apurações de sobrecontratação do ano de 2020.
- (2) A ANEEL autorizou, no processo de Reajuste Tarifário 2022, o uso antecipado dos valores em situações excepcionais, nos quais haja possibilidade de aumento tarifário expressivo. Posteriormente, em 27 de junho de 2022 foi publicada a Lei nº 14.385/2022, com o objetivo de disciplinar a devolução desses tributos, e que ensejou a Revisão Tarifária Extraordinária – RTE em 13 de julho de 2022. Foi reconhecido no processo de Reajuste Tarifário 2022, atualizado na RTE (julho/22), a antecipação da reversão dos valores oriundos desses créditos como componente financeiro negativo, cujo diferimento para os próximos 12 meses, de abril/22 a março/23, está lastreado à expectativa de compensações futuras desses créditos junto à Receita Federal.
- (3) Foi reconhecido no processo de Reajuste Tarifário 2022, componente financeiro, conforme saldo da distribuidora frente à Conta Bandeiras na competência de janeiro/2022, com a finalidade de expurgar os efeitos dos custos não cobertos pelas Bandeiras e que serão recuperados durante o ciclo da Bandeira Escassez.

12. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. A concessão tem prazo de vigência de 30 anos e o contrato de concessão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratualmente previstas, operar-se-á a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados à infraestrutura vinculada à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



12.1 Ativo Financeiro

O valor dos ativos vinculados à infraestrutura e que não serão amortizados até o término do contrato de concessão é classificado como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. O valor reconhecido do ativo financeiro e as alterações no valor justo, são revisados mensalmente baseados nas premissas inerentes a este direito contratual. Esses ativos apresentaram as seguintes movimentações:

	9 meses findos em	
	30/set/22	30/set/21
Saldo inicial do período	9.441	7.425
Baixas	(9)	(6)
Transferência ativo contratual (1)	1.463	780
Transferência ativo intangível	-	6
Transferências outros (2)	62	-
Ajustes a valor justo (3)	434	523
Saldo final do período	11.391	8.728
Ativo não circulante	11.391	8.728

(1) Transferência do ativo contratual, classificado como ativo de contrato durante o período de construção.

(2) Parcela da devolução Programa Luz Para Todos – LPT Tranche 9.

(3) Variação do valor justo em decorrência do IPCA no período.

12.2 Ativo Contratual

Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho, são classificados como Ativos de Contrato e estão reconhecidos no ativo não circulante.

Esses ativos apresentaram a seguinte movimentação no período:

	9 meses findos em	
	30/set/22	30/set/21
Saldo inicial do período	2.415	2.124
Adições (1)	2.035	1.622
Baixas	(24)	(25)
Transferências - intangíveis em serviço (1)	(556)	(371)
Transferências - ativos financeiros (1)	(1.463)	(780)
Transferências - outros	23	(33)
Saldo final do período	2.430	2.537
Custo	2.513	2.699
Obrigações especiais	(83)	(162)

(1) Durante a fase de construção, os ativos vinculados à infraestrutura de concessão de distribuição são registrados como ativos de contrato e mensurados pelo custo de aquisição acrescido dos custos dos empréstimos para financiamento da referida construção, incorridos no mesmo período. Após a conclusão da obra, esses ativos são bifurcados entre ativo financeiro e intangível.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



13. INTANGÍVEL

As variações do intangível, por natureza, estão demonstradas como segue:

	Concessão
Taxa de amortização a.a.	4,00%
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.235
Baixas	(17)
Amortização	(545)
Transferências - ativo contratual (2)	556
Transferências - outros	32
Saldo em 30 de setembro de 2022	3.261
Custo	12.000
Amortização acumulada	(7.602)
Obrigações especiais	(1.137)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.346
Baixas	(14)
Amortização	(470)
Transferências - ativo financeiro (1)	(6)
Transferências - ativo contratual (2)	371
Saldo em 30 de setembro de 2021	3.227
Custo	11.610
Amortização acumulada	(7.092)
Obrigações especiais	(1.291)

- (1) Referem-se ao direito contratual das distribuidoras de energia de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção ou melhoria do sistema de distribuição de energia elétrica, quando da entrada em operação dos respectivos ativos. Quando da conclusão da construção da infraestrutura, tais ativos passarão a ser classificados como Ativo financeiro indenizável ou como Ativo Intangível, conforme a forma de remuneração.
- (2) Referem-se a direitos contratuais classificados como ativo contratual até a conclusão da obrigação de desempenho estabelecida no contrato de concessão.

14. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS

	30/set/22	31/dez/21
Energia elétrica	508	447
Encargos de uso da rede	163	447
Materiais e serviços	427	378
Energia livre	62	57
Total	1.160	1.329
Circulante	1.098	1.272
Não circulante	62	57

Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão sendo contestados pelos concessionários de distribuição.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

15.1 Dívida líquida

A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo, sendo capaz de gerar valor aos seus acionistas, através do pagamento de dividendos e ganho de capital. A dívida líquida é composta como segue:

	30/set/22	31/dez/21
Empréstimos e financiamentos bancários	3.127	3.041
Agências de fomento	4.604	3.851
Mercado de capitais (debêntures)	6.002	4.516
Empréstimos e financiamentos (1)	13.733	11.408
(+) Instrumentos derivativos de dívida (nota 15.3 (a))	(205)	(669)
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 9)	(1.342)	(650)
(-) Títulos e valores mobiliários	(89)	(98)
Dívida líquida	12.097	9.991

(1) No balanço patrimonial a Companhia apresenta os empréstimos e financiamentos líquidos dos depósitos em garantias, vinculados às dívidas. Esta apresentação melhor representa essas transações em razão da única forma de realização desses fundos exclusivos serem para amortização dessas dívidas.

15.2 Empréstimos e financiamentos

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de empréstimos bancários, agências de fomento e mercado de capitais (debêntures), principalmente denominadas em Real brasileiro ("R\$") e Dólar norte-americano ("US\$"). As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo: i) custo amortizado; ou ii) valor justo por meio do resultado.

A Companhia contratou derivativos para proteger a exposição às variações dos fluxos de caixa das dívidas denominadas em moeda estrangeira da Companhia, consequentemente mitigando substancialmente o risco de exposição cambial.

a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros

	30/set/22	31/dez/21
Denominados em R\$	9.962	7.695
Indexados a taxas flutuantes	9.924	7.307
Indexados a taxas fixas	38	388
Denominados em US\$	3.102	2.634
Indexados a taxas flutuantes	829	974
Indexados a taxas fixas	2.273	1.660
Denominados em outras moedas	739	1.131
Indexados a taxas fixas	739	1.131
	13.803	11.460
(-) Depósitos em garantia	(12)	(11)
(-) Custos de transação	(58)	(41)
	13.733	11.408
Passivo circulante	1.903	1.438
Passivo não circulante	11.830	9.970

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



Em 30 de setembro de 2022, o custo médio percentual das dívidas são os seguintes:

	30/set/22	31/dez/21
Custo médio em % CDI (1)	103,8%	172,2%
Custo médio em taxa Pré (2)	11,6%	8,1%
Saldo da dívida	13.733	11.408
Instrumentos financeiros derivativos	(205)	(669)
Dívida total líquida de derivativos	13.528	10.739

(1) Custo médio em Taxa Pré dividido pelo CDI médio do fechamento dos últimos 12 meses.

(2) Resultado de Dívida Acumulado 12 meses / Saldo médio dos últimos 13 meses da Dívida Bruta.

b) Fluxo de pagamento futuros de dívida

Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	Principal (1)	Juros (1)	Instrumentos derivativos	Total
2022	400	405	41	846
2023	2.162	1.012	264	3.438
2024	2.489	718	(176)	3.031
2025	1.885	637	(164)	2.358
2026	1.602	566	(98)	2.070
Entre 2027 e 2031	5.017	996	(315)	5.698
Entre 2032 e 2036	689	119	-	808
2037 em diante	354	23	-	377
Total	14.598	4.476	(448)	18.626

(1) O fluxo estimado de pagamentos futuros é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas Pré e Pós) e taxas de câmbio em vigor em 30 de setembro de 2022 e considerando que todas as amortizações e pagamentos no vencimento dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias.

c) Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa e outras movimentações

	9 meses findos em	
	30/set/22	30/set/21
Saldo inicial do período	11.408	7.817
Efeito no fluxo de caixa:		
Captações (1)	3.486	2.408
Amortizações de principal	(1.260)	(530)
Custo de captação	(26)	(15)
Pagamento de encargos de dívida	(457)	(247)
Aplicação (resgate) dos depósitos em garantia	(1)	-
Efeito não caixa:		
Encargos incorridos	823	408
Variação cambial	(224)	30
Marcação a valor justo	(16)	(4)
Saldo final do período	13.733	9.867

(1) No período de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 as operações captadas, no montante de R\$ 3.486, pela Companhia foram: (i) R\$ 105 com prazo de vencimento em 5 anos captados junto ao MUFG BANK, LTD; (ii) R\$ 94 prazo de vencimento em 2 anos junto ao MUFG BANK, LTD; (iii) R\$ 200 com prazo de vencimento em 2 anos junto ao Sumitomo; (iv) R\$ 200 com prazo de vencimento em 1,5 ano junto ao Citibank; (v) R\$ 1.200 via 14ª emissão de debêntures com prazo de vencimento final em 10 anos; (vi) R\$ 500 via 2ª emissão de notas comerciais com prazo de vencimento final em 7 anos; (v) R\$ 637 com prazo de vencimento de 20 anos captados junto ao BNDES; e (vi) R\$ 550 com prazo de vencimento de 8 anos captados junto ao IFC – *International Finance Corporation*. Para todas as captações em moeda estrangeira foram contratados swaps cambiais mitigando do efeito da exposição cambial de 100% dos fluxos.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



d) Linhas de crédito

Tipo	Moeda	Data limite de captação	Montante total	Montante utilizado
Linhas de crédito rotativas	R\$	02/08/2024	200	-
Linhas de crédito rotativas	R\$	12/08/2024	100	-
Linhas de crédito rotativas	R\$	27/12/2024	200	-
			500	-

e) Condições restritivas financeiras (Covenants)

Alguns contratos de dívida da Companhia contêm cláusulas de *covenants* que são apurados na controladora e na Companhia. Os principais *covenants* da Companhia obrigam a manter certos índices, como a dívida líquida sobre o EBITDA (LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) e EBITDA sobre resultado financeiro. Abaixo seguem os principais parâmetros:

Consolidado da controladora Neoenergia:

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 4; e
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 1,5 ou 2.

Companhia:

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 4; e
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2.

A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

15.3 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, incluindo riscos relacionados às taxas cambiais, taxas de juros e índices de preços. Como parte da sua estratégia de gestão de risco a Companhia utiliza contratos de swaps, a termo, e/ou opções com o objetivo de proteção econômica e financeira.

a) Ativo (passivo) dos derivativos no balanço patrimonial

	30/set/22	31/dez/21
Contratados para proteção de dívidas:		
Risco de câmbio (NDF, opções e outros derivativos)	(2)	1
Swap de moeda - US\$ vs R\$	431	696
Swap de moeda - outras moedas vs R\$	(223)	(22)
Swap de taxas de juros - R\$	-	(7)
Contratados para proteção de outras operações:		
Risco de câmbio - produtos e serviços	(1)	1
Exposição líquida	205	669
Ativo circulante	44	46
Ativo não circulante	503	741
Passivo circulante	(78)	(60)
Passivo não circulante	(264)	(58)

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos contratados para fins de proteção, conforme demonstrado abaixo:

	30/set/22	31/dez/21
Derivativos não designados para contabilidade de hedge		
Contratados para proteção de dívidas	-	(7)
Derivativos designados para contabilidade de hedge - fluxo de caixa		
Contratados para proteção de dívidas	(18)	389
Contratados para proteção de outras operações	(1)	1
Derivativos designados para contabilidade de hedge - valor justo		
Contratados para proteção de dívidas	224	286
	205	669

b) Efeitos dos derivativos no resultado, fluxo de caixa e outros resultados abrangentes

	30/set/22			9 meses findos em 30/set/21		
	Proteção de dívidas	Proteção de outras operações	Total	Proteção de dívidas	Proteção de outras operações	Total
Saldo inicial	668	1	669	827	1	828
Ganho (perda) reconhecido no resultado	(492)	-	(492)	(6)	1	(5)
Liquidação financeira entradas (saídas)	232	3	235	(61)	1	(60)
Ganho (perda) reconhecido no resultado abrangente	(203)	(4)	(207)	(44)	(1)	(45)
Saldo final	205	-	205	716	2	718
Ganho (perda) reconhecido no resultado						
Custos de operação	-	-	-	-	1	1
Resultado financeiro, líquido (nota 7)	(491)	-	(491)	(6)	-	(6)

16. PROVISÕES, OUTRAS OBRIGAÇÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

16.1 Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais

a) Provisão para processos judiciais

A Companhia é parte envolvida em ações cíveis, trabalhistas, tributárias e outras em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais.

As provisões para processos judiciais estão apresentadas a seguir:

	Cíveis (i)	Trabalhistas (ii)	Fiscais	Regulatórias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	191	189	19	9	408
Adições e reversões, líquidas	47	8	2	-	57
Pagamentos	(57)	(33)	(1)	-	(91)
Atualizações monetárias	44	20	-	1	65
Saldo em 30 de setembro de 2022	225	184	20	10	439
Circulante					110
Não circulante					329

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Regulatórias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	147	186	17	8	358
Adições e reversões, líquidas	43	5	2	-	50
Pagamentos	(52)	(23)	-	-	(75)
Atualizações monetárias	41	28	-	1	70
Saldo em 30 de setembro de 2021	179	196	19	9	403
Circulante					86
Não circulante					317

Dentre as provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável, destacamos:

(i) Processos cíveis: Do total de R\$ 225 (R\$ 191 em 31 de dezembro de 2021) provisionados, destacam-se:

- Ações cíveis onde se discute indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo, cobranças indevidas, danos morais e materiais entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios abrangendo os objetos relativos a danos elétricos em equipamentos, danos interrupção de energia, ações acidentárias, cobrança indevida, corte indevido, irregularidade de consumo, serviço de rede, pedido de ligação, negativação indevida e Portaria DNAEE, no montante estimado de R\$ 174 (R\$ 152 em 31 de dezembro de 2021).

(ii) Processos trabalhistas: Do total de R\$ 184 (R\$ 189 em 31 de dezembro de 2021) provisionados, destacam-se:

- Ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários, dentre outras, cujo montante estimado é de R\$ 124 (R\$ 128 em 31 de dezembro de 2021); e
- Ações movidas por ex-empregados de empreiteiras (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras, cujo montante estimado é de R\$ 60 (R\$ 61 em 31 de dezembro de 2021).

b) Passivos contingentes

Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	30/set/22	31/dez/21
Processos cíveis (i)	1.366	1.193
Processos trabalhistas (ii)	460	399
Processos fiscais (iii)	725	610
Processos regulatórios (iv)	297	266
Total	2.848	2.468

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado possível, destacamos:

(i) Processos cíveis: Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais, entre outros, conforme explicados a seguir:

- Ação indenizatória movida pela Jaguaripe Agro Industrial S/A, em razão de corte de energia elétrica nas suas instalações sem aviso prévio, no montante estimado de R\$ 69 (R\$ 63 em 31 de dezembro de 2021); e

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



- Ação indenizatória em razão de um incêndio ocorrido em sua propriedade, supostamente causado pelo rompimento da rede elétrica da Companhia, no montante estimado de R\$ 58 (R\$ 52 em 31 de dezembro de 2021).
- (ii) Processos trabalhistas: Referem-se a diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, benefícios diversos, ajustes salariais, verbas rescisórias e reflexos em plano de aposentadoria complementar.
- (iii) Processos fiscais: Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referentes a diversos tributos, tais como ICMS, ISS, CPMF, IPTU, PIS/COFINS, entre outros, cujo(s) destaque(s) passamos a tratar a seguir:
 - Notificação Fiscal de Lançamento lavrada pelo Município de Salvador, com a finalidade de promover cobrança de COSIP (Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública) relativamente ao período de 01/2018 a 12/2019, em decorrência de supostas diferenças de cobranças a menor da contribuição, no montante estimado de R\$ 71 (R\$ 68 em 31 de dezembro de 2021); e
 - Ação Anulatória visando o cancelamento do lançamento fiscal formalizado no Processo Administrativo n.º 10580.729581/2011-04 para a cobrança de multa isolada e juros por conta da não retenção de imposto de renda quando da distribuição de juros sobre capital próprio, relativamente aos períodos-base de 2006 a 2010. Valores estimados em R\$ 110 (R\$ 104 em 31 de dezembro de 2021).
- (iv) Processos regulatórios: Referem-se às ações de natureza cível com objeto regulatório, cujos destaques passamos a tratar a seguir:
 - Mandado de segurança visando reconhecer a ilegalidade do ato que anulou o Despacho SFF/ANEEL n.º 2.517 de 26 de agosto de 2010 que prevê um saldamento da energia livre entre geradores e as distribuidoras de energia elétrica, no montante estimado de R\$ 104 (R\$ 95 em 31 de dezembro de 2021);
 - Ação Ordinária para anular a Resolução Normativa da ANEEL n.º 387, de 15/12/2009 e o Despacho SFF/ANEEL n.º 2.517 de 26/08/2010, que prevê um saldamento da energia livre entre geradores e as distribuidoras de energia elétrica. Valores estimados em R\$ 76 (R\$ 69 em 31 de dezembro de 2021); e
 - Ação Ordinária para anular o Auto de Infração n.º 118/2012-SFE/ANEEL e o Despacho ANEEL n.º 2.872, de 29.7.2014, referente ao suposto descumprimento de obrigações relativas à qualidade dos serviços de distribuição de energia elétrica prestados pela Companhia. Valores estimados em R\$ 61 (R\$ 47 em 31 de dezembro de 2021).

As provisões para processos e os passivos contingentes são atualizados monetariamente: (i) e (iv) pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m., para as ações cíveis; (ii) pela variação do IPCA na fase pré processual e SELIC após ajuizamento para as ações trabalhistas, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal na ADC 58; e (iii) pela variação da taxa SELIC, para as ações fiscais.

c) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados e não provisionados.

	30/set/22	31/dez/21
Processos cíveis	250	195
Processos trabalhistas	219	238
Processos fiscais	141	127
Outros processos	15	13
Total	625	573

Os depósitos judiciais foram atualizados monetariamente pela taxa SELIC, para os processos fiscais, e pela taxa TR mais 70% da taxa SELIC, para os demais processos.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



17. OUTROS PASSIVOS

	30/set/22	31/dez/21
Caução em garantia (1)	424	389
Devoluções a consumidores (i)	113	220
Contribuição para custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	52	45
Repasse a terceiros	4	4
Bônus estratégico	9	5
Compartilhamento de pessoal	8	8
Outros	67	37
Total	677	708
Circulante	597	567
Não circulante	80	141

(1) Garantia constituída para assegurar o cumprimento dos contratos, acrescidas de correção monetária com base nos índices previstos contratualmente, para fazer face tanto às suas cláusulas operacionais, quanto à obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.

(i) Variação impactada pela devolução de Bônus Incentivo Redução Consumo de Energia Elétrica no montante de R\$ 105.

18. SALÁRIOS, BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E ENCARGOS A PAGAR

Como parte de sua estratégia de remuneração a Companhia concede a seus empregados benefícios de curto e de longo prazo, além dos salários, férias e outros benefícios legais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios.

Os benefícios de curto prazo compreendem: (i) programa de participação nos resultados; (ii) planos de assistência médica e odontológica; e (iii) outros benefícios usuais de mercado.

Os benefícios de longo prazo – pós-emprego compreendem: (i) plano de previdência complementar ("Plano de pensão - Benefício Definido"); (ii) plano de previdência complementar ("Plano de pensão - Contribuição Definida"); e (iii) plano de saúde-emprego.

Demonstramos a seguir os valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	30/set/22	31/dez/21
Salários, férias e 13ª salário e encargos a pagar	168	186
Benefícios de curto prazo	14	55
Benefícios de longo prazo - pós-emprego	684	622
Total	866	863
Ativo não circulante - outros (1)	(4)	(3)
Passivo circulante	182	241
Passivo não circulante	688	625

(1) A apresentação do saldo de benefício pós-emprego superavitário encontra-se alocada na rubrica Outros Ativos não circulante.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



18.1 Benefícios de longo prazo - pós-emprego

Destacamos as seguintes variações:

a) Movimentação dos ativos e passivos dos planos

	Benefício definido			Saúde
	Obrigações atuariais	Valor justo dos ativos	Efeito do teto	Ativo (passivo) líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(378)	600	(203)	(820)
Custo do serviço	-	-	-	17
Efeitos dos juros	(25)	41	(14)	(58)
Contribuições pagas pelo patrocinador	-	-	-	57
Benefícios pagos pelo plano	40	(40)	-	-
Efeito de mudança nas premissas atuariais e limite do teto	(9)	-	71	124
Retorno sobre os ativos dos planos (excluindo receitas de juros)	-	(80)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(372)	521	(146)	(680)
Efeitos dos juros	-	-	-	(40)
Contribuições pagas pelo patrocinador	-	-	-	41
Efeito de mudança nas premissas atuariais e limite do teto (1)	-	-	-	(22)
Saldo em 30 de setembro de 2022	(372)	521	(146)	(701)
Planos superavitários	(372)	521	(146)	3
Planos deficitários	-	-	-	(701)

(1) Em 2022, a Companhia apurou uma perda atuarial pelo efeito das mudanças das premissas financeiras no valor de R\$ 45, ocasionada substancialmente pela alteração da taxa de juros.

b) Valores reconhecidos no resultado do exercício

	30/set/22		
	Benefício definido	Saúde pós-emprego	Contribuição definida
Custo do serviço	-	-	(16)
Despesa com juros de passivos	-	(41)	-
Total	-	(41)	(16)

Alocação dos custos do serviço:

Resultado do período	-	-	(16)	(16)
----------------------	---	---	------	------

	30/set/21		
	Benefício definido	Saúde pós-emprego	Contribuição definida
Custo do serviço	-	-	(12)
Despesa com juros de passivos	(11)	(43)	-
Receita com juros de ativos	12	-	-
Total	1	(43)	(12)

Alocação dos custos do serviço:

Resultado do período	-	-	(12)	(12)
----------------------	---	---	------	------

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



c) Valores reconhecidos nos outros resultados abrangentes

	30/set/22			30/set/21		
	Benefício definido	Saúde pós-emprego	Total	Benefício definido	Saúde pós-emprego	Total
Saldo no início do período	3	(184)	(181)	11	(266)	(255)
Efeito de mudança nas premissas atuariais (i)	-	(22)	(22)	-	-	-
Outros efeitos	-	(2)	(2)	7	-	7
Efeito bruto	-	(24)	(24)	7	-	7
Tributos sobre o lucro	-	7	7	(2)	-	(2)
Efeito líquido em outros resultados abrangentes	-	(17)	(17)	5	-	5
Saldo no final do período	3	(201)	(198)	16	(266)	(250)

(i) Vide nota 18.1.a

d) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	30/set/22		31/dez/21	
	Benefício definido	Saúde pós-emprego	Benefício definido	Saúde pós-emprego
Valor presente das obrigações atuariais	(372)	(701)	(372)	(680)
Valor justo dos ativos	521	-	521	-
Efeito do limite do ativo (teto)	(146)	-	(146)	-
Total passivo (ativo) líquido	3	(701)	3	(680)
Ativo não circulante	3	-	3	-
Passivo circulante	-	(14)	-	(55)
Passivo não circulante	-	(687)	-	(625)

e) Outras informações dos planos de benefício definido

(i) Hipóteses atuariais/econômicas

As hipóteses atuariais e econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. No curto prazo elas podem não ser necessariamente realizadas. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



	30/set/22		31/dez/21	
	Benefício definido	Saúde pós-emprego	Benefício definido	Saúde pós-emprego
Taxa média nominal de desconto	8,17%	7,83%	8,17%	8,54%
Taxa média nominal de crescimento do custo salarial	N/A	N/A	N/A	N/A
Taxa real de inflação dos custos médicos	N/A	3,00%	N/A	3,00%
Taxa média de inflação estimada no longo prazo	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
Duration (em anos)	8,94	10,66	8,94	10,11
Tábua de mortalidade	SUSEP BR - EMSsb v2015 (masc) suavizada em 15%	AT-2000 Basic	SUSEP BR - EMSsb v2015 (masc) suavizada em 15%	AT-2000 Basic
Tábua de entrada em invalidez	N/A	Light Média	N/A	Light Média

A Companhia, em conjunto com os atuários externos e internos, revisa no final de cada exercício, as premissas que serão utilizadas para o exercício seguinte.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1 Capital social

O capital social está representado por ações ordinárias (“ON”) e ações preferenciais (“PNA” e “PNB”), todas sem valor nominal. O capital social poderá ser aumentado por decisão do Conselho de Administração até o limite autorizado e, acima desse limite, por deliberação da Assembleia Geral, sem guardar proporção entre as espécies ou classes de ações existentes.

O capital social autorizado da Companhia em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 3.050 e o integralizado até a data do balanço é de R\$ 2.988 (R\$ 2.988 em 31 de dezembro de 2021).

A composição do capital social realizado por classe de ações (sem valor nominal) e principais acionistas em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é a seguinte (por unidade de ações):

Acionistas/ Qtde. Ações vs R\$							Total	
	Ordinárias	R\$	Pref. A	R\$	Pref.B	R\$	Ações	R\$
Neoenergia S.A.	149.544.434	1.705	26.895.780	306	82.878.409	945	259.318.623	2.956
Outros	2.453.175	28	324.289	4	-	-	2.777.464	32
Total	151.997.609	1.733	27.220.069	310	82.878.409	945	262.096.087	2.988

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurado ainda, no caso de existir lucro a distribuir: (i) As ações preferenciais “Classe A” têm prioridade na distribuição de dividendos, que serão no mínimo 10% (dez por cento) sobre o lucro líquido, representado por ações preferenciais “Classe A”; (ii) As ações preferenciais “Classe B”, têm prioridade na distribuição de dividendos, somente após a distribuição de dividendos às preferenciais “Classe A”, sendo tais dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



19.2 Lucro por ação e remuneração aos acionistas

a) Lucro por ação

Os valores do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	3 meses findos em		9 meses findos em	
	30/set/22	30/set/21	30/set/22	30/set/21
Lucro básico e diluído por ação:				
Lucro disponível aos acionistas ordinários	109	271	663	696
Lucro disponível aos acionistas preferenciais A	20	48	119	125
Lucro disponível aos acionistas preferenciais B	66	162	398	417
Total	195	481	1.180	1.238
Em unidades de ações				
Média ponderada de número de ações em circulação - ações ordinárias	151.997.609	151.997.609	151.997.609	151.997.609
Média ponderada de número de ações em circulação - ações preferenciais A	27.220.069	27.220.069	27.220.069	27.220.069
Média ponderada de número de ações em circulação - ações preferenciais B	82.878.409	82.878.409	82.878.409	82.878.409
Total	262.096.087	262.096.087	262.096.087	262.096.087
Lucro básico e diluído por ação				
Ação ordinária (R\$)	0,72	1,78	4,36	4,58
Ação preferencial A (R\$)	0,72	1,78	4,36	4,58
Ação preferencial B (R\$)	0,79	1,95	4,80	5,03

b) Remuneração aos acionistas

O Conselho de Administração propôs aos acionistas a destinação referente ao exercício de 2021, aprovados na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em abril de 2022, dos quais: (i) R\$ 599, na forma de dividendos adicionais propostos, pagos em maio de 2022; (ii) R\$ 525, na forma de dividendos intermediários pagos em dezembro de 2021, e (iii) R\$ 119 (R\$ 140, menos R\$ 21 de imposto de renda), na forma de juros sobre capital próprio, pagos em março de 2022.

O Conselho de Administração deliberou a remuneração aos acionistas, em 30 de março de 2022, no montante de R\$ 82 (R\$ 97 menos R\$ 15 de imposto de renda), em 15 de junho de 2022, no montante de R\$ 90 (R\$ 105 menos R\$ 15 de imposto de renda) e em 23 de setembro de 2022, no montante de R\$ 87 (R\$ 103 menos R\$ 16 de imposto de renda), na forma de juros sobre capital próprio e em 27 de julho de 2022 aprovou a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 698 para pagamento a partir de 16 de agosto de 2022.

Em 30 de setembro de 2022, o montante a pagar aos acionistas da Companhia é de R\$ 95 (R\$ 125 em 31 de dezembro de 2021).

19.3 Reserva de Capital

(i) Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio

Reserva no montante de R\$ 19 em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

(ii) Reserva especial de ágio

Reserva líquida no montante de R\$ 339, sendo R\$ 383 correspondente ao ágio gerado em função da reestruturação societária da Companhia através da incorporação, e R\$ 44 que corresponde a valor já capitalizado.

Em 30 de setembro de 2022, a parcela relativa à reserva especial de ágio já realizada é de R\$ 338 (R\$ 329 em 31 de dezembro de 2021).

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



(iii) Gastos com emissão de ações

Valor de gasto incremental (R\$ 2) com laudo de terceiro para viabilizar captação de recursos, reconhecido conforme Pronunciamento Técnico CPC 08(R1) (IAS 32).

19.4 Reserva de Lucros

(i) Reserva legal

Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. O saldo em 30 de setembro de 2022 é de R\$ 326 (R\$ 326 em 31 de dezembro de 2021).

(ii) Reserva de incentivo fiscal

Constitui parcela do lucro líquido apurado em cada exercício oriunda de ganhos de incentivos fiscais da SUDENE. Esses montantes só podem ser utilizados para absorção de prejuízos acumulados ou aumento de capital social. O saldo em 30 de setembro de 2022 é de R\$ 1.401 (R\$ 1.401 em 31 de dezembro de 2021).

(iii) Reserva de retenção de lucro

Tem a finalidade de assegurar a manutenção e o desenvolvimento para as atividades principais que compõem o objeto social da Companhia, em montante não superior a 50% do lucro líquido anual distribuível até o limite máximo do capital social ou proposta de orçamento de capital da Companhia. O saldo em 30 de setembro de 2022 é de R\$ 700 (R\$ 700 em 31 de dezembro de 2021).

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da Administração da Companhia.

As principais transações comerciais com os acionistas e empresas ligadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de uso do sistema de distribuição de energia ou no sistema de transmissão; (iii) prestação de serviços de operação e manutenção; e (iv) contratos de serviços administrativos.

As transações com os fundos de pensão responsáveis pela gestão dos benefícios de curto e longo prazo concedidos aos empregados da Companhia estão classificadas como "Acionistas e outros" nesta nota explicativa.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras intermediárias são apresentados abaixo:

20.1 Saldos em aberto com partes relacionadas

	30/set/22			
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	Total
Ativo				
Outros ativos (c)/(d)/(f)	6	77	14	97
	6	77	14	97
Passivo				
Fornecedores e contas a pagar (a)	47	-	67	114
Benefícios a empregados	-	-	2	2
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar (e)	-	86	9	95
Outros Passivos (d)/(f)	8	-	-	8
	55	86	78	219

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



	31/dez/21			
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	Total
Ativo				
Outros ativos (d)/(f)	7	-	18	25
	7	-	18	25
Passivo				
Fornecedores e contas a pagar (a)	38	-	64	102
Benefícios a empregados	-	-	1	1
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar (e)	-	118	7	125
Outros Passivos (d)/(f)	8	3	-	11
	46	121	72	239

20.2 Transações com partes relacionadas

	9 meses findos em 30/set/22			
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	Total
Resultado do período				
Receita operacional líquida (a)/(f)	1	-	-	1
Custos dos serviços (a)	(231)	-	(441)	(672)
Despesas gerais e administrativas (b)/(d)/(f)	(14)	-	(21)	(35)
Resultado financeiro líquido (c)	-	(37)	-	(37)
	(244)	(37)	(462)	(743)

	9 meses findos em 30/set/21			
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	Total
Resultado do período				
Receita operacional líquida (a)/(f)	1	-	-	1
Custos dos serviços (a)	(194)	-	(405)	(599)
Despesas gerais e administrativas (b)/(d)/(f)	(10)	-	(17)	(27)
Resultado financeiro líquido (c)	-	(46)	-	(46)
	(203)	(46)	(422)	(671)

20.3 Principais transações com partes relacionadas

As principais transações com partes relacionadas nos itens 20.1 e 20.2 referem-se a:

- Contratos de fornecimento de energia elétrica, Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST), Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD), Contratação no Ambiente Regulado (CCAR) e Contratos de Conexão do Sistema de Transmissão (CCT) firmados entre as Companhias do Grupo, e prestação de serviço, com instalação de placa solar pela NEOSERV.
- Contribuição ao fundo previdenciário dos funcionários ativos.
- Contrato celebrado para prestação de garantia corporativa, onde a Neoenergia é avalista de instrumentos financeiros com cobrança de *fee* por Aval, com vencimento em 27 de junho de 2026.
- Contrato de compartilhamento de pessoal entre empresas do grupo.
- Dividendos e juros sobre capital próprio a serem pagos aos acionistas.
- Contratos de locação de imóveis, corrigidos anualmente pela variação do IGPM encerrados em 2022.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



20.4 Remuneração da administração (Pessoal-chave)

As remunerações de dos administradores estatutários, incluindo os ocupantes de funções executivas e membros do conselho de administração da Companhia reconhecidos no resultado do período pelo regime de competência, estão apresentadas como segue:

	3 meses findos em		9 meses findos em	
	30/set/22	30/set/21	30/set/22	30/set/21
Salários e benefícios recorrentes	1	1	2	2
Outros benefícios de curto prazo	-	-	1	1
Benefícios de longo prazo	-	-	-	1
	1	1	3	4

Os honorários e benefícios de parte dos administradores da Companhia estão reconhecidos no resultado do controlador ou em sociedades sob controle comum.

21. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

21.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	30/set/22			31/dez/21		
	CA	VJORA	VJR	CA	VJORA	VJR
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	954	-	388	219	-	431
Títulos e valores mobiliários	4	-	85	4	-	94
Contas a receber de clientes e outros	3.481	-	-	3.432	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	323	224	-	501	286
Ativos financeiro setorial (Parcela A e outros)	226	-	-	786	-	-
Concessão do serviço público - ativo financeiro	-	-	11.391	-	-	9.441
Outros ativos financeiros	83	-	-	72	-	-
Total	4.748	323	12.088	4.513	501	10.252
Passivos financeiros						
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	1.160	-	-	1.329	-	-
Empréstimos e financiamentos	13.191	-	542	10.768	-	640
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	334	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	342	-	-	111	7
Passivo de arrendamento	39	-	-	35	-	-
Outros passivos financeiros	451	-	9	413	-	5
Total	15.175	342	551	12.545	111	652

CA – Custo Amortizado

VJORA – Valor Justo por meio dos Outros Resultados Abrangentes

VJR – Valor Justo por meio do Resultado

21.2 Estimativa do valor justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



Nível 2 – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

Nível 3 – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 21.7 (análise de sensibilidade).

21.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (“VJR” ou “VJORA”)

O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo está demonstrado como segue:

	30/set/22			31/dez/21		
	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	388	-	388	431	-	431
Títulos e valores mobiliários	85	-	85	94	-	94
Instrumentos financeiros derivativos	547	-	547	787	-	787
Concessão do serviço público - Ativo financeiro	-	11.391	11.391	-	9.441	9.441
	1.020	11.391	12.411	1.312	9.441	10.753
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	542	-	542	640	-	640
Instrumentos financeiros derivativos	342	-	342	118	-	118
Outros passivos financeiros	9	-	9	5	-	5
	893	-	893	763	-	763

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo.

Os ganhos e perdas reconhecidos no resultado referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022 e 2021, relacionados aos ativos e passivos financeiros mensurados através de técnicas de nível 3, foram nos montantes de R\$ 434 e R\$ 523, respectivamente. As demais movimentações para esses ativos e passivos se encontram divulgados na nota 12.1.

21.4 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado (“CA”)

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude do ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	30/set/22		31/dez/21	
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo -Nível 2	Saldo contábil	Estimativa de valor justo -Nível 2
Empréstimos e financiamentos	13.191	12.928	10.768	10.757

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e ativos e passivos financeiros setoriais se aproximam de seu valor contábil.

21.5 Métodos e técnicas de avaliação

Os métodos e técnicas de avaliação são os mesmos divulgados nas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2021.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



21.6 Informações complementares sobre os instrumentos derivativos

Em 30 de setembro de 2022 não havia valor de margem depositado referente a posições com instrumentos financeiros derivativos.

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. Os principais instrumentos utilizados são *swaps*, *Non-Deliverable Forwards* (NDF). Os contratos de *swap* e a NDF foram negociados em mercado de balcão (*over-the-counter*).

Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* estão detalhadas em quadros a seguir, que inclui informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento e valor justo incluindo risco de crédito.

Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente.

Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Dólar

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas ou flutuantes (*LIBOR*).

Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a valor justo por meio do resultado:

Swap US\$ pós vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	30/set/22	31/dez/21		30/set/22	31/dez/21
Ativo	US\$ 101	US\$ 113	2029	542	639
Passivo	R\$ 328	R\$ 364		(318)	(353)
Líquido				224	286

Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

Swap US\$ pós vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	30/set/22	31/dez/21		30/set/22	31/dez/21
Ativo	US\$ 53	US\$ 60	2030	283	340
Passivo	R\$ 173	R\$ 197		(175)	(199)
Líquido				108	141

Swap US\$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	30/set/22	31/dez/21		30/set/22	31/dez/21
Ativo	US\$ 421	US\$ 298	2023 - 2027	2.148	1.693
Passivo	R\$ 1.993	R\$ 1.371		(2.049)	(1.424)
Líquido				99	269

Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Euro

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em EUR. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em EUR atrelado a taxas fixas ou flutuantes (Euribor).

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



O programa a seguir é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

Swap EUR \$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	30/set/22	31/dez/21		30/set/22	31/dez/21
Ativo	€ 34	€ 34	2024	169	223
Passivo	R\$ 153	R\$ 152		(155)	(154)
Líquido				14	69

Programa de *hedge* para desembolsos em Dólar

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via *NDF* (*Non-Deliverable Forwards*) para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar.

Este programa é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

NDF	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	30/set/22	31/dez/21		30/set/22	31/dez/21
Desembolso USD					
Termo	US\$ 4	US\$ 7	2022 - 2026	(2)	2
Líquido				(2)	2

Programa de *hedge* para desembolsos em Euro

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via *NDF* (*Non-Deliverable Forwards*) para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Euro.

O programa a seguir é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

NDF	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	30/set/22	31/dez/21		30/set/22	31/dez/21
Desembolso EUR					
Termo	€ 1	€ 3	2022 - 2024	(1)	-
Líquido				(1)	-

Programa de *hedge* para desembolsos em Reais

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia pode contratar operações de *swap* para converter para o CDI as dívidas e empréstimos em R\$ prefixados. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em CDI e posição ativa em uma taxa prefixada pelo banco credor.

Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados pelo valor justo por meio do resultado:

Swap R\$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	30/set/22	31/dez/21		30/set/22	31/dez/21
Ativo	R\$ -	R\$ 336	2022	-	329
Passivo	R\$ -	R\$ 335		-	(336)
Líquido				-	(7)

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Iene

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em JPY. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em JPY atrelado a taxas fixas.

O programa abaixo é classificado de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados ao fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

Swap JPY pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	30/set/22	31/dez/21		30/set/22	31/dez/21
Ativo	JPY 14.969	JPY 18.910	2026 - 2031	560	934
Passivo	R\$ 774	R\$ 998		(797)	(1.025)
Líquido				(237)	(91)

21.7 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros derivativos e respectivas exposições objetos de proteção, em cenários hipotéticos de *stress* dos principais fatores de risco de mercado ao qual estão expostos, mantendo-se todas as demais variáveis constantes.

- **Cenário Provável:** Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 30 de setembro de 2022.

- **Cenário II:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 25% nas variáveis de risco associadas.

- **Cenário III:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 50% nas variáveis de risco associadas.

Para fins de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos, a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial.

Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por *swaps*, o risco de variação da taxa de câmbio é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nocional)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Dívida em Dólar	Dólar	Alta do Dólar	5,4066	(3.102)	(775)	(1.551)
Swap Ponta Ativa em Dólar	(US\$)	Queda do Dólar		2.973	743	1.486
Exposição Líquida				(129)	(32)	(65)
Dívida em Euro	Euro (€)	Alta do Euro	5,2904	(180)	(45)	(90)
Swap Ponta Ativa em Euro		Queda do Euro		169	42	85
Exposição Líquida				(11)	(3)	(5)
Dívida em Iene	Iene (JPY)	Alta do Iene	0,0374	(559)	(140)	(280)
Swap Ponta Ativa em Iene		Queda do Iene		560	140	280
Exposição Líquida				1	-	-

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



Para os desembolsos em moeda estrangeira em contratos não dívida são adotadas as estratégias de proteção a seguir, sendo apresentados na tabela os impactos relativos aos cenários reproduzidos para a variação cambial sobre o derivativo e correspondente impacto em cada cenário para o item protegido.

Desta forma, observamos o efeito de eliminação e/ou redução da exposição cambial líquida através da estratégia de *hedge*:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nocional)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Item protegido: parte de desembolsos em USD NDF	Dólar (US\$)	Alta do Dólar Queda do Dólar	5,4066	(26) 26	6 (6)	11 (11)
Exposição Líquida				-	-	-
Item protegido: parte de desembolsos em EUR NDF	Euro (€)	Alta do Euro Queda do Euro	5,2904	(5) 5	1 (1)	3 (3)
Exposição Líquida				-	-	-

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado a Companhia no período seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Exposição (Saldo/ Nocional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	13,65%	1.402	44	(11)	(22)
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	13,65%	(5.459)	(199)	(47)	(92)
Swaps CDI (Ponta Passiva)	CDI	Alta do CDI	13,65%	(3.494)	(123)	(29)	(57)
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	8,73%	(4.364)	(143)	(22)	(45)
Dívida em LIBOR 6M	LIBOR	Alta da LIBOR 6M	4,24%	(825)	(10)	(2)	(4)
Swaps Libor 6M x CDI (Ponta Ativa)	LIBOR	Alta da LIBOR 6M	4,24%	825	12	3	5
Dívida em SELIC	SELIC	Alta da SELIC	13,65%	(101)	(4)	(1)	(2)
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	7,20%	(1)	-	-	-